

Nem caserna, nem casa-grande



Por **BERENICE BENTO***

A interpretação do lugar do Lula e a eleição do Jair Bolsonaro foram mediadas por uma radicalização do significado de “política” e “poder”

Os dias que se seguiram à eleição de Jair Bolsonaro foram de esforço interpretativo, comparável ao de alguém que está diante de um imenso quebra-cabeças e tenta fazer os encaixes, mas faltavam peças. Depois, eu percebi que não estava sozinha. Ao longo desses quatro anos, foram publicadas centenas de livros, artigos que tentavam responder: como explicar a ascensão e eleição de Jair Bolsonaro? Não se tratava de racionalizar o real, mas de interpretá-lo.

Desconheço, na história do pensamento social brasileiro, um momento de tamanha produção intelectual. Ainda estamos tentando reler o Brasil e propor novas ferramentas analíticas que se contraponham às teses clássicas do “homem cordial” e da “democracia racial”. Talvez, na década 1930, tenha acontecido algo próximo ao que estamos vivendo. Diferentes interpretações foram oferecidas para a relação entre Jair Bolsonaro e a herança política/cultural, mas todas tentam analisar sua ascensão como um fenômeno anterior e exterior à sua própria existência.

Observei que é possível sistematizar essa considerável produção textual em dois blocos. Um que aponta a ditadura civil-militar como o referente das continuidades. A caserna voltou ao poder e trouxe consigo os monstros que habitaram o Estado brasileiro ao longo dos 21 anos da Ditadura. O segundo dedica-se a estabelecer conexões entre Jair Bolsonaro e as heranças escravocratas. Não se tratava, nessa perspectiva, de um retorno da caserna, mas de reconhecer a presença continuada nas relações sociais e políticas do/a senhor/senhora escravocrata e seus capitães do mato (leia-se: ministros/as, secretários/as). A caserna faz parte da estrutura da Casa-Grande.

Esse processo de reflexão sobre os desafios para se interpretar o Brasil teve efeitos de reflexividade. Pesquisadores/as passaram a rever criticamente suas formações e posições sobre o que faz do Brasil, Brasil. O objetivo não era apenas ler e propor novas teorias, mas pensar os silêncios e ausências em nossas formações profissionais e, simultaneamente, questionar o lugar que passamos a ocupar como reprodutores/as de visões adocicadas das relações sociais fundadas na violência.

Incluo-me nesse imenso esforço de produzir novas interpretações sobre o Brasil. O maior ganho que tive, nessa jornada marcada por uma sensação de perda sem rosto, uma longa melancolia, foi concluir que Jair Bolsonaro não é uma excepcionalidade na histórica política brasileira. Jair Bolsonaro é sintoma de longa duração. Ele não é a exceção, é a regra. O tenaz ponto de fuga em nossa história institucional foi a emergência de uma liderança como o Lula. Ao tentar analisar Jair Bolsonaro, tive que rever minhas posições sobre o Lula.

Foi um acerto de contas com o meu passado de ativista de esquerda. A esquerda, na sua pureza dogmática, conferia ao Lula o papel de subproduto da dominação capitalista. Desde que comecei a votar, me orientava pelo voto ideológico no primeiro turno (candidato mais revolucionário) e o voto útil no segundo turno (ou seja, no PT). Fui formada em espaços de esquerda, atravessada por grandes debates sobre o futuro da revolução brasileira. Eu poderia dizer o nome e faturamento dos 400 maiores grupos econômicos do país durante a década de 1980. Discutíamos o estágio do desenvolvimento do capitalismo local e como a esfera econômica se articulava com a política. Hoje, não tenho dúvidas: meu voto no Lula será ideológico pelas razões que se seguem.

Há quatro anos, Lula estava preso. Entre batalhas jurídicas, análises que diziam que Lula deveria ter ido para o exílio, eu vi

o gozo perverso da imprensa, de parte considerável da população e o êxtase da elite. O quebra-cabeças não encaixava. Como esse homem, esse subproduto, consegue enfurecer a classe dominante a esse nível? O que eles veem quando olham para esse nordestino? Os banqueiros, os industriais, os donos dos meios de comunicação viram seus lucros crescerem ao longo dos governos petistas que, de fato, não representaram nenhuma ameaça à posição de classe daqueles que brindaram com champanhe o golpe vitorioso contra Dilma e a prisão de Lula. Certamente, não se pode negar o trabalho feito para identificar o PT (e Lula, principalmente) como sinônimo de corrupção. Naquele discurso anticorrupção, havia algo mais. O horror era ao comunismo.

Se não é pelo caminho da economia, como explicar esse ódio reiterado? O anticomunismo deve ser analisado com um sistema articulado com a família heterossexual e o racismo. Não é possível isolar um dos termos, basta analisar os discursos de Salazar, Mussolini e Hitler. A defesa da propriedade privada sempre esteve no mesmo nível de prioridade da defesa da família tradicional.

Pela primeira vez, nos 114 anos de República, os governos do PT (a partir de 2003) propuseram e implementaram políticas públicas para populações que antes não existiam como membros da nação. Coincide o avanço dos estudos sobre sexualidades e gêneros dissidentes com os governos do PT. Coincide com a organização de políticas internas nas universidades para ingresso e manutenção de estudantes cotistas. Coincide com a aprovação da PEC que equiparou os direitos das empregadas domésticas aos de todos/as os/as trabalhadores/as (com um atraso de 68 anos). “Coincide”, aqui, não é “coincidência”. As transformações aconteciam numa combinação de disputas de forças, de tensas rodadas de negociações políticas e com nossos trabalhos invisíveis de discussão, estudo, pesquisa nas universidades e nos movimentos sociais.

As políticas públicas (leia-se: a distribuição orçamentária) foi disputada a cada projeto, programa e votação de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no Congresso Nacional. Tínhamos e temos pressa. Mas a temporalidade do Estado e dos interesses que ali disputam não obedece à nossa urgência. E quem submete a realidade ao desejo individual ou ao de um grupo, não quer fazer política, mas praticar crenças. Aprender a lidar com essas temporalidades e, ao mesmo tempo, não se curvar diante delas, foi um desafio permanente.

O ódio ao Lula não é exclusivamente pela questão econômica, mas pela possibilidade de abertura de canais de diálogo em torno de questões, vulgarmente nomeadas de “questões identitárias”. A esquerda dogmática (e “dogma” é a melhor expressão para representá-la) nega o caráter político dessas lutas porque, afinal, política define-se pelas disputas que se dão em torno dos interesses de classe. Estranhamente, não foi exclusivamente a dimensão da luta de classes (no sentido dos interesses econômicos) que segue provocando reiteradamente o assassinato simbólico de Lula.

A ortodoxia de esquerda não reconhece que a luta de classe é racializada, sexualizada e generificada, tampouco que, pela primeira vez na história desse país, essas agendas passaram a disputar recursos dentro das entradas do Estado. O combate à selvageria neoliberal não está em oposição ao direito à vida das pessoas que vivem sob a ameaça e com medo constante de perderem suas vidas por serem negras, trans, mulheres.

Horror às mudanças

Como as elites (econômica, de gênero, racial, sexual) lidam com transformações? Ao lado da frase “o Brasil é um dos países mais violentos do mundo”, deve-se acrescentar: “Temos a pior elite do mundo”. Um rápido relance histórico: foram precisas duas leis, a de 1831 e a 1850, para se pôr fim ao tráfico de pessoas negras. Quando a lei do ventre livre foi aprovada (em 1871), já era lei em todas as colônias espanholas. Fomos o último país a abolir a escravidão. A República foi resultado de pacto entre militares e fazendeiros escravocratas como medida de retaliação contra a família imperial pelo fim legal da escravidão. A elite tem horror à mudança. Por isso, Lula foi exceção. Já escutamos a frase “é melhor entregar os anéis para garantirmos os dedos” para se referir a recuos de elites em outros países. No Brasil, ao contrário, o princípio é: “não entregar nada! Sugar até a última gota de sangue”.

É nesse contexto de recusa absoluta a qualquer mudança em direção à justiça social e equidade econômica que entendo o lugar de Lula na história. As políticas desenvolvidas ao longo dos governos do PT foram tímidas para nós, que temos pressa

a terra é redonda

de mudar o Brasil, mas foram insuportáveis para as elites econômicas e defensores de valores da família tradicional. A eleição de Lula representará a reinstalação do cabo de guerra, em que múltiplos sujeitos coletivos estarão disputando o acesso a recursos materiais e simbólicos disponibilizados pelo Estado.

Conforme apontei, ao tentar entender Jair Bolsonaro, eu tive que me debruçar sobre o lugar que Lula ocupa na história. Há um abismo entre o meu desejo de um mundo sem injustiças e de plena equidade (um mundo socialista) e o país que traz em sua biografia 522 anos de genocídio (práticas continuadas de eliminação de determinadas populações). Quero eleger o Lula e espero que a excepcionalidade que ainda representa sua presença no poder seja superada e que minha vontade, em algum momento, se encontre com a história desse país que ainda vive sob o signo da Casa-Grande. Faremos nossas disputas na dimensão institucional, mas não nos esqueçamos de que é ali, na esquina, na sala de aula, nos debates difusos e rizomáticos, que novos valores devem ser disputados.

Vamos eleger bancadas identificadas com a luta por justiça social e pela defesa do bem-comum, mas não nos iludamos que fazer política seja limitado à esfera do Estado. A disputa acontece todos os dias, em todas as dimensões da vida. Não existe um caminho reto e único. A pergunta “Como Bolsonaro aconteceu?” nos levou a enxergar que a defesa da tortura, da morte e do assassinato não é apenas banalizada, é valorizada. É um discurso com forte adesão social e chegou a tornar-se moeda eleitoral: “vamos vender o ódio, intensificar o mantra que ‘bandido bom é bandido morto’”. Para se interromper essa valorização, outras políticas devem ser feitas antes, durante e depois da eleição do Lula. A esfera da cultura e dos valores é o campo de batalha diário.

A interpretação do lugar do Lula e a eleição do Jair Bolsonaro foram mediadas por uma radicalização do significado de “política” e “poder”. Girar a chave analítica é entender que há um poder imenso das institucionais não estatais (a família e a escola, principalmente) para definir quem pode e quem não pode habitar o mundo. O/a trabalhador/a, antes de se tornar trabalhador/a, é submetido à socialização em que valores são transmitidos e incorporados como verdades. A classe trabalhadora não nasce adulta. E nesse processo de se tornar são apreendidos valores compartilhados que atravessam a vida social.

Do trabalhador mais precarizado ao banqueiro, há aprendizados compartilhados que hierarquizam as existências em gênero, raça, sexualidade. Então, o poder não está exclusivamente no Estado. Não é possível “esperar” o grande dia da revolução em que os “aparelhos ideológicos de Estado” sejam tomados pela classe trabalhadora e que uma nova humanidade seja parida. Esse parto é lento e contínuo. E a eleição do Lula é a continuidade de um parto interrompido institucionalmente nos últimos quatro anos.

***Berenice Bento** é professora de sociologia na UnB. Atualmente é pesquisadora visitante na Universidade de Coimbra. Autora, entre outros livros, de *Brasil, ano zero: Estado, gênero, violência* (Editora da UFBA).

O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**Clique aqui e veja como**](#)